

Vida, morte e incerteza no jornalismo

Um estudo da reportagem “Nove meses de luto” à luz da epistemologia da compreensão

Carolina Klautau

Claudio Novaes Pinto Coelho

Resumo

“Nove meses de luto: impedidas de escolher, grávidas de fetos com órgãos vitais comprometidos se preparam para o luto durante o pré-natal” é uma reportagem publicada pela *Agência Pública*, em 2018. O texto de Joana Suarez relata a experiência de mulheres que precisam viver os nove meses de gestação, sabendo que seus(suas) bebês não terão vida fora do útero. À luz da epistemologia da compreensão, da forma como é trabalhada por Dimas Künsch, entendemos que a reportagem dialoga com os princípios da incerteza e da complementaridade de opostos ao narrar histórias, sobretudo, de vida e morte. Também fazem parte do texto noções como dialogia, polifonia, polissemia e afeto. Nos ajudam a tecer os sentidos sobre o assunto os pensamentos de Cremilda Medina, Edgar Morin, Mikhail Bakhtin e Muniz Sodré.

248

Palavras-chave: Epistemologia da Compreensão. Jornalismo. Incerteza.

Life, death and uncertainty in journalism: a study on the “Nove meses de luto” reporting based on comprehension’s epistemology

Abstract

“Nove meses de luto: impedidas de escolher, grávidas de fetos com órgãos vitais comprometidos se preparam para o luto durante o pré-natal” is a reporting published by *Agência Pública*, in 2018. Joana Suarez’s text tells about the women that have to carry a baby for nine months, although they will never survive out of their belly. Based on comprehension’s epistemology, in the way Dimas Künsch thought, we believe that the reporting dialogues with uncertainty and complementarity of opposites as principles in a text that talks about life and death. Dialogy, polyphony, polysemy and affection are other principles that appear in Suarez’s text. In this article, our theoretical references are Cremilda Medina, Edgar Morin, Mikhail Bakhtin e Muniz Sodré.

Keywords: Comprehension’s epistemology. Journalism. Uncertainty. Agência Pública.

Epistemologia da Compreensão

Um pensamento que se diz “compreensivo”, a partir da perspectiva de Hannah Arendt (2008), não busca a explicação de fenômenos, pois, se tivesse esse objetivo, seria um pensamento que se esgotaria, que teria um fim. Na verdade, quando buscamos a compreensão de algo, abraçamos a mudança, um ensaio de entendimento de um determinado assunto, visto por múltiplas perspectivas.

A compreensão, diferentemente da informação correta e do conhecimento científico, é um processo complexo que nunca gera resultados inequívocos. É uma atividade interminável por meio da qual, em constante mudança e variação, chegamos a um acordo e a uma conciliação com a realidade, tentamos sentir o mundo como nossa casa (Arendt, 2008, p. 33).

O sentido original da palavra “compreender” (no latim *comprehendere*), é “abranger, abraçar ou pegar junto”. No abraço amplo da compreensão cabem os vários tipos de conhecimentos produzidos pelos seres humanos – da mitologia à física moderna, segundo Dimas Künsch (2005, p. 46). Dessa forma, outras características do pensamento compreensivo são a abertura a diferentes saberes, a ausência de hierarquias entre visões de mundo e a construção de pontes onde o conhecimento foi fragmentado em disciplinas. A compreensão é, em sua essência, transdisciplinar ou, indo mais além, é indisciplinar, como sugere Edgar Morin (2001).

A compreensão como método incita a abrir bem os olhos para, mais uma vez, perceber a multiplicidade de formas de que dispõem os humanos de ver o mundo e a vida, de produzir sentidos, de narrar e de se orientar, como resultado desses processos, sempre muito variados, de se aproximar dos fenômenos. Nesse vasto mundo compreensivo, mais vale perguntar e perguntar que responder, definir, conceituar (Künsch; Menezes; Passos, 2017, p. 11).

Para a epistemologia da compreensão, vale “mais interrogações e vírgulas” e “menos pontos finais” (Künsch, 2008, p. 41) e esse flerte com a incerteza pode parecer estranho quando associado ao jornalismo, que se coloca como desvelador da verdade e como um meio pelo qual a sociedade pode encontrar explicações para os fenômenos cotidianos. Em comunhão com Suzane Langer (2004), a epistemologia da compreensão acredita que não são as respostas que marcam o pensamento de um tempo e sua cultura, mas, sim, as boas perguntas.

É que a epistemologia da compreensão convida a uma mudança de chave quando o assunto é a forma como encaramos o mundo, o conhecimento, a pesquisa científica e, também, o jornalismo. E a mudança vai na linha daquilo que propõe o filósofo Martin Buber (2012) com suas palavras-princípio: o objetivo é transformar o “Eu-Isso” (como a relação sujeito-objeto, por exemplo) em um “Eu-Tu” (que faria com que pensássemos mais em sujeitos de pesquisa no lugar de objetos à nossa disposição para exploração).

A Compreensão trabalha na esfera do que Morin (2001, p. 35-36) chama de “princípios do conhecimento pertinente” ao acreditar que “o conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido”. Isso significa que não existem conhecimentos “de segunda mão” ou desprezados pelo abraço da epistemologia da compreensão: dependendo daquilo sobre o qual se fala, chama-se as diferentes áreas do saber para somar (e sem hierarquizações). Dessa forma, há espaço, na academia, para as artes, a filosofia, a mitologia, as religiões, os saberes ancestrais, a física, a psicologia, entre outros. Coloca-se aquilo que é considerado científico e não-científico lado a lado, em uma postura de diálogo entre saberes.

Por ter como um de seus princípios a conversa entre os diferentes, a compreensão traz para sua roda de saberes a valorização das várias formas de conhecimento do mundo. E entre essas incluímos a incerteza e a complementaridade de opostos que são trabalhadas pela arte, religião e mitologia – há pelo menos milhares de anos – e pela psicologia, física e sociologia – de forma mais recente. Mas e o jornalismo? Há espaço para ele dentro do abraço amplo da compreensão? E, se há, como dialoga com a incerteza e a complementaridade de opostos?

Jornalismo sob o signo da compreensão

Quando o jornalismo é pensado e praticado sob o signo da compreensão, ele deixa de preocupar-se com formas engessadas (como lide, pirâmide invertida e imparcialidade) para abraçar o compromisso com aquilo que chega pelos cinco sentidos, pela pluralidade de vozes e pelas cenas cotidianas – isso sem deixar de lado sua principal função social que é a mediação social da informação (Medina, 2008), por meio da transformação do caos em um cosmos de sentidos (Medina, 2003).

Por signo da compreensão se entendem certas atitudes e procedimentos que aproximam a pessoa do repórter e o resultado de seu trabalho de mediação a uma visão mais complexa e plural do mundo, humana, dialogante, aberta, sem deixar de ser racionalmente sustentável. O gesto compreensivo rejeita respostas definitivas e juízos fechados. Abre caminhos. Não define ou conceitualiza. Propõe (Künsch, 2000, p. 22).

Quando o jornalismo dialoga com a epistemologia da compreensão, ele busca abraçar os saberes de diferentes personagens, colocar em uma roda de conversa os diversos pontos de vista sobre o fato, além de mais questionar do que afirmar. O signo da compreensão tenta despir jornalistas de sua suposta função de revelar a verdade para a sociedade, preferindo entender que a produção simbólica feita por jornalistas é uma interpretação – entre tantas possíveis – dos acontecimentos cotidianos.

Ao entender que a realidade é feita menos de linearidade do que de contradições, a complexidade pode se dar porque o jornalismo é, em sua essência, um espaço de conflitos, como diz Manuel Chaparro (1999), e de disputa de sentidos. Dessa forma, reger o mosaico das diversas redes de forças que envolvem os acontecimentos, como entendem Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro (1973), é reconhecer que trabalhar com a mediação social da informação é pensar política, economia, cultura, saúde pública, direitos e outras áreas como complementares e igualmente importantes para conhecer o que está por trás de um determinado fato (Medina, 2008). “Uma noção complexa que exige aprendizado na narrativa da contemporaneidade é a intercausalidade das coisas, substituindo a concepção de que qualquer situação decorre de um único fator causador” (Medina, 2003, p. 118).

Resumidamente, é essa a perspectiva do jornalismo sob o signo da compreensão:

No lugar da objetividade, a amplitude da possibilidade de compreensão; onde antes a razão era soberana, agora a negociação com a subjetividade e a intuição; no lugar de causas e efeitos, as probabilidades e os prognósticos; onde havia a intenção de doutrinar, de explicar, o ensaio de compreensão. Jornalistas não impõem essa mudança de olhar sobre sua prática profissional, é o tempo complexo, a contemporaneidade, que pede, com urgência, uma reorganização e uma sensibilização, cada vez maior, na tentativa de orientação dos cidadãos e das cidadãs diante do caos do cotidiano (Klautau, 2022, p. 122).

É possível pensar o jornalismo sob a epistemologia da compreensão a partir de alguns princípios, como dialogia, polifonia, polissemia, afeto, multiperspectividade, incerteza e complementaridade de opostos. São esses os princípios, aliás, com os quais Joana Suarez (2018) conversa em sua reportagem publicada pela *Agência Pública*.

Ao entendermos que o signo da compreensão só é possível a partir do encontro com o outro em relação, nos alinhamos ao princípio da dialogia de Buber (2012) para quem o encontro face a face é fundamental na compreensão do mundo e dos sujeitos. Evocando suas palavras-princípio, Eu-Tu e Eu-Isso, sujeitos, então o Eu, só conseguem existir ao passo em que enxergam o Outro, o Tu, em sua alteridade. Eu e Tu não existem separadamente, mas apenas quando estão em relação.

A dialogia, então, se realiza quando há o encontro de corpo e sentidos presentes, quando há a transformação dos seres envolvidos na relação e com o deslocamento de si em direção a um Outro que é diferente e precisa ser percebido em toda a sua diferença.

O segundo princípio que guia a prática do jornalismo sob o signo da compreensão é a polifonia, que caminha ao lado de um terceiro princípio, a polissemia. Com base na obra do escritor russo Fiodor Dostoiévski, Mikhail Bakhtin (2005) fala de uma multiplicidade de vozes e de consciências independentes que aparecem nas obras do autor de *Crime e Castigo*, *Memórias do Subsolo*, *Noites brancas*, entre outras.

Segundo Bakhtin (2005, p. 46, grifos do autor), uma personagem interessa a Dostoiévski “enquanto *pontos de vista específicos sobre o mundo e sobre si mesma*, enquanto posição racional e valorativa do homem em relação a si mesmo e à realidade circundante”. Debaxo do guarda-chuva da polifonia há espaço para a multiplicidade de mundos e para as contradições inerentes aos sujeitos. Um romance polifônico – ou uma reportagem polifônica, em nosso caso – reconhece a existência de vozes, consciências, visões de mundo e personalidades particulares e distintas. E se há toda essa pluralidade de vozes, é natural que tenhamos também a pluralidade de sentidos – ou polissemia, que é a organização, narração e edição dos múltiplos sentidos coletados por jornalistas quando vão às ruas (Medina, 2014).

Não é o(a) repórter, aliás, que “dá voz” aos(às) protagonistas sociais do cotidiano; elas já estão lá, então cabe a quem reporta ouvi-las. “Ao voltar com as falas contextualizadas, [o(a) jornalista] vê-se então às voltas com a representação simbólica desses plurálogos de sentidos na reportagem” (Medina, 1996, p. 232).

Vale fazer uma ressalva aqui: uma reportagem polifônica e polissêmica não é aquela que está preocupada com a quantidade de vozes e sentidos, mas com a qualidade e riqueza de ambos. Nesse caso, importa mais o estabelecimento de relações dialógicas do que volume de entrevistas.

O próximo princípio com o qual o jornalismo sob o signo da compreensão dialoga é o afeto. Em *Ética* (2009), Baruch de Spinoza considera que o afeto é algo que move, que inclina corpo e mente em direção a uma ação. Quanto mais o corpo está disposto a ser afetado, maior é a abertura para as relações com o mundo exterior. O filósofo holandês toma um rumo diferente daquele traçado por René Descartes, e mais aceito pela Ciência Moderna, que separa a mente do corpo, com aquele considerado “mais importante” do que esse.

Na Comunicação, Muniz Sodré (2006) reflete sobre o tema do afeto. Para o sociólogo baiano, no contexto do pensamento hegemônico ocidental, a razão instrumental é privilegiada em relação ao diálogo com os afetos. “No transe de sua quantificação científica e tecnológica, o mundo moderno começa a suspeitar mais fortemente dos afetos e das paixões, enquanto instâncias de confusão ou de uma desmedida socialmente indesejável” (Sodré, 2006, p. 232).

Sodré (2006) considera que a mídia redescobre como o afeto é potente para atingir e mover o público a partir da instrumentalização do sensível. Isso ocorre quando, por exemplo, um(a) entrevistado(a) é levado a chorar em um programa de televisão. No lugar de efetuar o ato emancipatório que o afeto pode proporcionar, nesse caso só há o ganho de audiência. A construção que Sodré faz sobre o afeto vai desaguar na crítica à visão de mundo newtoniana-cartesiana – esta chamada de signo da explicação (Klautau, 2022).

Antes de estudarmos a reportagem escrita por Joana Suarez, vamos abordar os dois últimos princípios que guiam o jornalismo sob o signo da compreensão, complementaridade de opostos e incerteza, à luz da psicologia junguiana e da sociologia, respectivamente¹.

Incerteza e complementaridade de opostos: princípios compreensivos para a prática jornalística

Carl Gustav Jung nasceu em 1875 na Suíça e tinha uma carreira promissora: levar adiante os estudos de Sigmund Freud sobre a mente humana. Mas os estudos de Jung

¹ Para ver os dois princípios abordados por outras áreas do conhecimento, recomenda-se a leitura de *Escutar, Dialogar e Compreender: Jornalismo em Tempo de Incertezas* (Klautau, 2022).

levaram-no para um caminho diferente do de seu mestre e o psiquiatra acabou fundando a Psicologia Analítica.

É a partir da mitologia, das religiões, da antropologia e da física moderna que Jung vai pensar a questão da psique humana e é, justamente, a sua perspectiva transdisciplinar que vai fazer com que seu caminho e de Freud não se cruzem mais.

Em sua forma compreensiva de estudar a psique humana, Jung dialoga com a complementaridade de opostos. Em *O homem e seus símbolos* (2008), o autor reúne várias narrativas míticas e artísticas que conversam com esse princípio.

Nem o princípio materno nem o paterno podem existir sem o seu oposto, pois ambos eram um só no início e tornar-se-ão um só no fim. A consciência só pode existir através do permanente reconhecimento e respeito do inconsciente: toda vida tem que passar por muitas mortes (Jung, 2008, p. 104).

É por meio da “tensão dos opostos” (Jung, 2008, p. 230) que o equilíbrio é possível. E entre esses opostos estão a consciência e a inconsciência, masculino e feminino, luz e sombra, criação e destruição, vida e morte. Uma das influências da psicologia analítica é o filósofo grego Heráclito, que considerava que o conhecimento só se dava a partir do diálogo entre opostos. Fugindo de uma visão dualista, os pares de opostos não se excluem, pelo contrário, complementam-se, já que “em todo caos há um cosmos, em toda desordem uma ordem secreta, em todo capricho uma lei permanente, uma vez que o que atua repousa no seu oposto” (Jung, 2008, p. 41). E fica a cargo dos símbolos, criados pelo inconsciente e ampliados pela consciência, o equilíbrio entre os opostos.

Um exemplo de como se dá o equilíbrio entre a coisa e o seu contrário é a *anima* e o *animus*. Aquela representa o elemento feminino no inconsciente masculino e esse último o contrário. Para a psicologia junguiana, “um homem torna-se realmente capaz de se relacionar bem com uma mulher” (Jung, 2008, p. 30) quando consegue libertar-se da imagem feminina, normalmente representada pela figura materna, guardada em seu inconsciente. Nessa negociação dos seres humanos com o seu interior costuma aparecer a figura da sombra, que representa aquilo que não se quer demonstrar, que incomoda ou que se pretende esconder.

Marie Louise von Franz (2008, p. 173), uma das autoras de *O homem e seus símbolos*, entende que:

Problemas morais, difíceis ou confusos não são invariavelmente provocados pelo aparecimento da sombra. Muitas vezes emerge uma outra "figura interior". Se o sonhador for um homem irá descobrir a personificação feminina do seu inconsciente; e caso seja uma mulher, será uma personificação masculina. Muitas vezes este segundo personagem simbólico aparece por detrás da sombra, trazendo novos e diferentes problemas. Jung chamou às formas masculina e feminina, respectivamente, *animus* e *anima*.

Os contos de fadas são ótimos representantes da *anima* e do *animus* para Jung. O conto *A bela e a fera* ilustra a forma como o *animus* aparece para as mulheres, que é representado pela figura paterna. Indiferença, atitudes brutais, conversas vazias e ideias maldosas são manifestações do *animus* nas mulheres. Mas ele “também pode lançar uma ponte para o self através da atividade criadora” (Von Franz, 2008, p. 193).

Um grande número de mitos e de contos de fadas conta a história de um príncipe transformado por feitiçaria em animal ou monstro, que é redimido pelo amor de uma jovem – processo que simboliza o processo de integração do *animus* na consciência. (...) Muitas vezes a heroína não tem permissão para fazer qualquer pergunta a respeito do seu misterioso e desconhecido marido e amante; ou então só o encontra no escuro e nunca pode olhar-lhe o rosto. Está implícito que amando-o e confiando nele cegamente, ela poderá libertá-lo. Mas isto não acontece nunca. Ela sempre quebra a promessa feita e só vai encontrar novamente o seu amado depois de longa e penosa busca e de muito sofrimento (Von Franz, 2008, p. 194).

Ao saber conversar com sua “parte masculina”, a recompensa é a coragem, a objetividade e a iniciativa (Von Franz, 2008).

Apresentadas essas características da psicologia analítica, entendemos os motivos pelos quais não é possível enquadrá-la dentro de um pensamento mais objetivo, newtoniano e cartesiano (Klautau, 2022). Para Jung, explicações não são possíveis, apenas a tentativa de compreensão da psique humana, dada a sua complexidade. Complexidade, aliás, que é a palavra-chave para abordar a incerteza por meio do pensamento do sociólogo francês Edgar Morin.

O autor do pensamento da complexidade entende que a palavra carrega “uma pesada carga semântica, pois traz em seu seio confusão, incerteza, desordem” (Morin, 2015, p. 5). Ela é mais do que “um princípio de incompletude e incerteza” do que algo complicado ou difícil, como é entendida pelo senso comum.

Pode-se dizer que o que é complexo diz respeito, por um lado, ao mundo empírico, à incerteza, à incapacidade de ter certeza de tudo, de formular uma lei, de conceber uma ordem absoluta. Por outro lado, diz respeito a

alguma coisa de lógico, isto é, à incapacidade de evitar contradições (Morin, 2015, p. 68).

O pensamento complexo não tem como premissa “eliminar a contradição interna” dos sistemas porque “verdades profundas, antagônicas umas às outras” são “complementares, sem deixarem de ser antagônicas” (Morin, 2015, p. 7). Aliás, é impossível ignorar a incerteza porque o pensamento complexo “num certo sentido sempre tem relação com o acaso” (Morin, 2015, p. 35). Assim como a psicologia analítica, a complexidade também não cabe dentro da visão de mundo newtoniana-cartesiana (mas reconhece todos os seus benefícios) porque essa forma de conhecimento do mundo não dialoga com o acaso, com a ambiguidade e com as contradições. “Trata-se não apenas de reconhecer sua presença, mas de integrar o acaso, tanto em seu caráter de imprevisibilidade quanto em seu caráter de acontecimento” (Morin, 2015, p. 52).

A incerteza assume caráter central na obra *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (2001), quando é apontada como um dos “buracos negros” da educação e como algo com o qual as futuras gerações precisam aprender a conviver. E numa atitude compreensiva, é nas ciências exatas que o sociólogo vai buscar inspiração para essa afirmação. “A educação deveria incluir o ensino das incertezas que surgiram nas ciências físicas (microfísicas, termodinâmica, cosmologia), nas ciências da evolução biológica e nas ciências históricas” (Morin, 2001, p. 16).

Em um mundo complexo, com transformações cada vez mais rápidas e com áreas cada vez mais conectadas, não é possível passar ao largo da incerteza que impacta o conhecimento. Independentemente da área, “o pensamento deve, então, armar-se e aguerrir-se para enfrentar a incerteza. Tudo que comporta oportunidade comporta risco, e o pensamento deve reconhecer as oportunidades de riscos como os riscos das oportunidades” (Morin, 2001, p. 91).

Incerteza e complementaridade de opostos, então, fazem parte da epistemologia da compreensão que abraça e dialoga com diversas formas de conhecimento do mundo. Mas como essas duas noções aparecem, se é que aparecem, no jornalismo? O estudo da reportagem de Joana Suarez dá pistas para entender essa relação.

Vida e morte complementam-se em um universo de incerteza

Joana Suarez, repórter, e Flávio Tavares, fotógrafo, passam dois meses no Ambulatório de Medicina Fetal do Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, para ouvir histórias de mães que precisam seguir com nove meses, ou quase isso, de gravidez mesmo sabendo que seus filhos ou suas filhas não vão sobreviver sequer a algumas horas fora do útero. A complementaridade de opostos vida e morte é, então, o tema central da narrativa que também dialoga com a incerteza – não a das obstetras, que conhecem o diagnóstico dos bebês e das mães, mas das mães que vivem meses de insegurança e de luto. O resultado da apuração está materializado na reportagem “Nove meses de luto: impedidas de escolher, grávidas de fetos com órgãos vitais comprometidos se preparam para o luto durante o pré-natal”, publicada no portal da *Agência Pública*, em 20 de fevereiro de 2018².

Mães que perdem os bebês ainda na barriga; que carregam os bebês vivos no colo por alguns minutos, o tempo que dura sua vida; que só conseguem carregar os bebês mortos; que preferem não ver os bebês; que compraram todo o enxoval para receber a criança e as que preferiram não comprar nada. Mulheres que enfrentam o luto sozinhas; que precisam lidar com o machismo na família; e mulheres que se sentem culpadas pelo que aconteceu com seus ou suas bebês. Essas são apenas algumas histórias captadas pela repórter durante o tempo que esteve em campo.

Ao todo, 18 pessoas foram entrevistadas: oito grávidas ou mães que haviam perdido seus bebês há pouco tempo; a mãe de uma das grávidas; dois maridos de duas grávidas; seis pessoas do Ambulatório de Medicina Fetal do Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, e uma advogada.

A jornalista também vai atrás de dados e pesquisas de diversos órgãos que estudam o tema do aborto ou da má formação fetal no Brasil. Foram consultadas pesquisas do Ministério da Saúde, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), audiências públicas, a Pesquisa Nacional do Aborto no Brasil e a Sociedade Brasileira de Genética Médica (SBGM). Dessa forma, perspectivas da sociedade civil organizada, jurídica e da saúde são contempladas na reportagem – em alguns momentos, questões filosóficas e religiosas também são problematizadas na narrativa – além, é claro, da visão das protagonistas

² Disponível em: <https://apublica.org/2018/02/nove-meses-de-luto>. Acesso em: 4 jan. 2024.

sociais do cotidiano que, nesse caso, são as mães. O componente cultural que envolve a situação também está presente na reportagem.

A mãe ainda tem que suportar crenças, preconceito e muito machismo da família e da sociedade. Claudilene, por exemplo, não viajou no último Natal para a cidade interiorana onde nasceu porque não queria expor sua gravidez “cheia de probleminhas”, como diz. A mãe dela, Maria das Dores Ramos, de 55 anos, sofre com as perguntas dos vizinhos. “O povo fala muito, em vez de confortar, diz algo que te deixa pior. Sem ela lá, eles já perguntam, falam que foi porque fez isso, fez aquilo”, comenta Maria, que mora longe e viajou nove horas até Belo Horizonte para acompanhar a filha na consulta. “É difícil vir, mas eu penso nela passando por isso todos esses meses e venho conversar com ela” (Suarez, 2018, online).

Esses aspectos também estão presentes quando as mães relatam à repórter que mesmo em casos de fetos com anencefalia, o estigma do aborto está presente. Cristina, uma das fontes da reportagem, narra que “essa questão de tirar [o feto] envolve muito o nosso lado espiritual. Você não vive um sofrimento, mas vai viver o outro.” De tudo que passou, ela diz ter aprendido a dar mais valor à vida” (Suarez, 2018, online).

Talvez a oposição entre vida e morte seja um dos temas mais presentes entre aqueles(as) que estudam a complementaridade de opostos, seja a partir da mitologia, da religiosidade, da psicologia, da biologia ou de outras formas de conhecimento. E ao passo que o mundo é cheio de incertezas, a única certeza que se tem é a morte. Mas e quando ela chega junto com a vida? Quando falamos de morte, várias imagens podem vir à mente: a de uma pessoa idosa que morre de causas naturais, pessoas que são vítimas de violência, de um acidente ou de qualquer tipo de fatalidade. Uma imagem menos frequente deve ser a da morte que chega antes mesmo de a vida desabrochar no mundo, fora do útero, e de as mães verem o rosto de seus bebês e suas bebês. Pois é sobre esse par de opostos que se complementam que a reportagem se debruça.

Como contar a história de mães que precisam ficar por nove meses, ou um pouco menos de tempo, gestando um bebê que não vai nascer ou que vai ter alguns minutos ou, no máximo, horas de vida? É um desafio, é uma situação complexa, mas é uma realidade de milhares de mulheres no Brasil (pelo menos 7 mil por ano, segundo dados de 2015 do Ministério da Saúde) e que precisa ser abordada. São mães que se preparam para a morte do filho antes mesmo de seu nascimento.

Ao contrário das mulheres que foram vítimas de estupros ou daquelas que estão gerando bebês anencéfalos, as grávidas de fetos com outros órgãos vitais comprometidos

só podem esperar a jornada da vida se cumprir – e, no fundo, no caso de algumas delas, nutrir alguma esperança. Mulheres, segundo Suarez (2018, online), “que estão grávidas de fetos com outros problemas, mesmo que incompatíveis com a vida, são obrigadas a cumprir todo o tempo de gestação”.

O mérito da repórter, ao tecer a complementaridade de opostos na reportagem, é sempre estabelecer o diálogo entre vida e morte: é certo que esses bebês vão morrer, mas ela vai atrás de como as mães encaram os momentos em que eles estão vivos, dentro de suas barrigas, buscando entender quais são os sentimentos que nutrem pelo(a) filho(a) e como veem essa dualidade de estar no processo de gerar uma vida que, ao fim e ao cabo, pouco vai durar.

A gravidez de Claudilene Ramos, Jordana Lacerda e Cristina Silva, em muitos momentos, se assemelha à gravidez de mulheres que, ao final de nove meses, terão um bebê em seu colo: elas precisam de repouso, atenção à pressão, a diabetes, devem evitar momentos de muito estresse, não podem fazer muito esforço físico... O que muda em sua história é que, enquanto aquelas mães vão conseguir cuidar de seus bebês e suas bebês, essas precisam, por decisão da justiça brasileira, carregar essa vida por toda a gestação, a não ser que o bebê venha a falecer antes do tempo, ainda na barriga da mãe.

Joana Suarez (2018) cita o voto do então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello durante a votação sobre a possibilidade de mulheres com fetos anencéfalos abortarem, em que ele entende que “‘esse tipo de gestação’ seria uma espécie de ‘cárcere privado em seu próprio corpo’, o que se assemelharia ‘à tortura’”. Junto “com a certidão de nascimento”, essas mães “recebem a de óbito”. A todo momento, a repórter sugere o diálogo entre os fetos com vida na barriga das mães e os bebês que nascem sem vida alguns meses depois.

Mais uma vez a complementaridade de opostos, no caso vida e morte, aparece como faces do mesmo problema e da mesma solução: é só depois da morte desse(a) filho(a) e de lidar com o luto, que essas mesmas mulheres poderão gerar outra vida – pelo menos as chances de que tenham complicações genéticas numa segunda gravidez é rara: de cerca de 1%. A obstetra Alamanda Kfoury tenta colocar-se no lugar das mães que têm consciência de que aquele bebê ou aquela bebê “é incompatível com a vida”.

Além dessa relação complexa entre vida e morte, Joana Suarez (2018) também dialoga em seu texto com a incerteza, representada pelo sentimento das mães. As conversas entre a jornalista e suas personagens mostram que não estamos, de fato,

prontos(as) para lidar com a incerteza que, segundo Edgar Morin (2001), é um dos aprendizados mais importantes que podemos ter para viver em um mundo complexo. Mas ao mesmo tempo que é difícil lidar com a incerteza, a repórter consegue deixar transparecer toda a incerteza que permeia o assunto sobre o qual escreve.

“As perguntas”, Suarez (2018) compreende, “não cessam com o fim do barrigão”, elas só mudam de conteúdo: as mulheres passam a ter a preocupação com a possibilidade de engravidarem novamente; se existe alguma chance de os(as) bebês serem saudáveis ou de a má formação acontecer de novo; se um dia elas vão superar o luto; o que fazer com o enxoval... Outro mérito da repórter, além de ouvir esses questionamentos, é valorizar e prestar atenção nas diversas dúvidas, e nenhuma certeza, que as mães vivem após nove meses de dedicação a uma vida que não se fixará como vida.

A questão da legalização do aborto no Brasil é um assunto polêmico que continua na pauta: não há nada definido e tudo são possibilidades. E é assim que entendemos que a jornalista encara o assunto quando vai ouvir a perspectiva de Gabriela Rondon, advogada do Instituto de Bioética Anis sobre o tema. Ainda de mãos relativamente atadas, o que é possível fazer é lidar com a incerteza de cada caso, de cada gravidez e aguardar a decisão da justiça.

A narrativa que Suarez (2018) constrói também tem a virtude de ser dialógica, polifônica, polissêmica e afetuosa. É dialógica, da forma como entendemos, porque a atitude da repórter supera a conversa e a entrevista, como entendemos dentro do jornalismo: a confiança que as grávidas estabelecem com a jornalista e a forma como essa narra as histórias daquelas, parece mais com uma atitude de respeito, de tentativa de compreensão de um drama muito sério, do que, por exemplo, de uma exploração sensacionalista ou asséptica do assunto.

A cena que a repórter escolhe para abrir a reportagem dá o tom de sua abordagem sobre o tema:

No consultório:

- Como você está, Claudilene? pergunta a obstetra.
- Fisicamente? Estou bem, só o inchaço que está me incomodando...
- E o coração? Como está em relação ao que o seu bebê tem?
- Ah! Muito triste, né? Eu não queria isso. Entendo que meu bebê tem vários probleminhas, está muito doentinho e pode ser que ele não sobreviva.

- O que você entende quando você fala “pode ser que ele não sobreviva”?
- Sim, eu sei, é só uma questão de acreditar em Deus, mas eu tenho consciência.
- Então você sabe que isso tem chance de acontecer na sua barriga, no parto ou depois que ele nascer?
- Ela afirma que sim com a cabeça...
- Crença você tem que ter mesmo, é o que faz a gente seguir em frente – , conclui a médica (Suarez, 2018, online).

A relação entre Joana Suarez e suas personagens não está pautada numa visão de sujeito-objeto, como se as mulheres estivessem ali para responder às suas perguntas ou apenas ilustrar uma reportagem. Nos parece, muito mais, uma relação sujeito-sujeito, que se dá a partir do encontro, do afeto – afinal, a repórter passou dois meses no Hospital das Clínicas, em Belo Horizonte, encontrando diversas vezes com aquelas mulheres, acompanhando o drama de algumas delas de perto. Em um dado momento, a jornalista apenas descreve que uma de suas entrevistadas, ao receber a notícia sobre a má formação do feto, passa 40 segundos chorando. A repórter informa, mas não expõe de forma sensacionalista suas personagens.

Exemplo dessa relação Eu-Tu entre as mulheres entrevistadas e a repórter pode ser percebido ao notar o que elas compartilham com a jornalista: “eu queria morrer, queria [me] suicidar. É tão traumático que sua vida perde o valor”; “quando eu descobri, minha vontade era de tirar, era revoltante, muito pesado”; “meu pai só perguntava se estava tudo bem, não queria dar conta disso. Mas quando compramos as fraldas ele comentou: ‘Você nem sabe se ele vai usar’” (Suarez, 2018, online).

Cada encontro trazia à tona, por meio da relação dialógica, sentidos diferentes à narrativa. Ela vai em busca de perspectivas jurídicas sobre o aborto, mas também ouve o que as mulheres têm a dizer sobre a relação que estabelecem entre seu corpo e suas religiões. No processo de apuração, a repórter busca as visões da sociedade civil, de sociedades médicas, do Ministério da Saúde e de outras instituições agregando diferentes contribuições ao tema.

As mulheres grávidas ou que foram mães de bebês mortos e as obstetras do HC entrevistadas, cada uma delas, é uma voz independente e autônoma dentro da narrativa. O que a repórter faz é reger essas vozes, tecendo e entretecendo a diversidade de histórias e pontos de vista que elas apresentam. São consciências independentes e autônomas (Bakhtin, 2005) porque todas elas, em suas particularidades, são os próprios

sujeitos de seus discursos, com visões de mundo específicas e particulares sobre aquilo que falam.

A repórter, entrando também no terreno da polissemia, rege os sentidos, oferecendo “um microfone às vozes” frequentemente “sufocadas” (Medina, 1996, p. 8). Ao organizar essas vozes, narrar os múltiplos sentidos e perspectivas que emergem a partir delas, a jornalista tece uma reportagem polissêmica, que coloca as histórias de vida e as interrogantes de suas personagens como os momentos mais importantes do texto.

A abertura da repórter para a relação com o outro, a capacidade de agir, de comover e de emocionar sugerem uma postura de afeto, de acordo com Muniz Sodré (2006), que dá origem a um conteúdo sensível, sensibilizado e sensibilizante. A narrativa de Joana Suarez (2018) possibilita a troca dos afetos de que fala Medina (2008), a partir do corpo a corpo e da dialogia. O trecho da reportagem apresentado a seguir ilustra essa situação:

A foto tirada dos pais com Gael na despedida foi para o porta-retratos da sala de casa, mas Laura pediu que guardassem, porque dava saudade. As lembrancinhas do irmão ficam guardadas em uma caixinha, que a garota faz questão de mostrar durante a entrevista. “Eu falava que queria ter dois filhos, já tive. Não sei se quero um terceiro, mas ela quer um irmão”, relata Jordana (Suarez, 2018, online).

262

A reportagem “Nove meses de luto” é um exemplo daquilo que temos chamado de jornalismo do signo da compreensão (Klautau, 2018) que pensa as narrativas do cotidiano de forma complexa e inclui essa complexidade no texto da reportagem. Entendemos que o texto dialoga com as noções de incerteza e da complementaridade de opostos e que busca mais uma compreensão dos fenômenos sociais do que uma possível explicação deles.

Considerações

A primeira consideração a ser feita a respeito do jornalismo sob o signo da compreensão é a importância que a pluralidade de vozes possui para a reportagem: é a partir das conversas, do encontro com o outro e da escuta atenta que é possível apreender a complexidade que os fatos do cotidiano possuem. Joana Suarez, por exemplo, consegue o enriquecimento dos sentidos sobre o tema, quando constrói um mosaico de diferentes vozes, que contribuem a partir de diferentes perspectivas para a

abordagem do tema; lembrando que por pluralidade de vozes não falamos sobre a quantidade de pessoas entrevistadas, mas, sim, sobre a diversidade de fontes, sobre as diferentes perspectivas que apresentam ao(à) repórter.

É no diálogo com os seres humanos que encontramos as incertezas, que entendemos que somos menos uma coisa ou outra do que uma coisa e outra. Mas para que essas ideias façam sentido para quem narra o cotidiano, é preciso ter os sentidos abertos à complexidade e não tentar eliminar os lados de luz ou sombra de alguém. A reportagem publicada pela *Agência Pública* deixa isso evidente quando a jornalista não trata do tema a partir do lado “vida” ou “morte” da moeda – é a partir de ambos que ela vai encarar o assunto.

Além do mosaico de vozes, Joana Suarez pratica uma narrativa compreensiva quando vai buscar aspectos culturais, políticos, econômicos, legais, religiosos e filosóficos a respeito dos “nove meses de luto”. E, dessa forma, narra uma das maiores inquietações humanas: a relação entre vida e morte.

Também se destaca a presença da dialogia na reportagem quando as histórias narradas são fruto da relação Eu-Tu que a jornalista estabelece com suas fontes. Suarez passa dois meses no HC em Belo Horizonte e esse corpo presente possibilita que ela testemunhe conversas como a que abre a reportagem, a reação de uma das mães ao receber a notícia sobre a má formação do bebê que carrega na barriga e também faz com que ela e as protagonistas da reportagem desenvolvam uma relação de confiança.

Narrativas complexas e compreensivas não são encontradas todos os dias nas páginas do jornais, das revistas, nas ondas do rádio, da televisão ou na internet, mas ver que um veículo independente, como a *Agência Pública*, flerta com essas ideias – e, mais ainda, que uma repórter que escreve para vários veículos pensa sob esses dois signos – dá um frescor para a prática jornalística que, geralmente, assume uma postura dura e fechada de explicar o mundo.

Quando o jornalismo tenta explicar – muitas vezes de maneira rasa – um cotidiano em constante transformação, ele pouco ajuda sua audiência e se afasta de sua função social, que é a transformação do caos do cotidiano num cosmos de sentidos.

Ao assumir a incerteza e a complementaridade de opostos na reportagem, Suarez dialoga com duas formas ancestrais de conhecimento do mundo e se mostra em comunhão com a complexidade da contemporaneidade. Se ambas são entendidas como respostas da natureza a nossos questionamentos (como a Física Moderna já

demonstrou), por que não podem ser respostas dos próprios seres humanos aos desafios impostos pelo cotidiano na contemporaneidade?

Referências

ARENDDT, H. **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

Brasília, DF: Unesco, 2001.

BUBER, M. Do diálogo e do dialógico. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BUBER, M. **Eu e tu**. 10. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2012.

CHAPARRO, M. C. O jornalismo na estratégia dos conflitos. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. XXII, nº 1. jan./jun. 1999, p. 169-175.

JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

JUNG, C. G. **Símbolos da transformação**. São Paulo: Editora Vozes, 1986.

KLAUTAU, C. M. **Escutar, Dialogar e Compreender**: Jornalismo em Tempo de Incertezas. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022. v. 1. 287p .

KÜNSCH, D. A. Compreendo ergo sum: Epistemologia complexo-compreensiva e reportagem jornalística. **Communicare**, Vol. 5 – nº 1 – 1º semestre 2005, p. 43-54.

KÜNSCH, D. A. **Maus pensamentos**: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística. São Paulo: Annablume, 2000.

KÜNSCH, D. A. Teoria da compreensão: saber científico, comunicação e dialogia de saberes. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 31, 2008, Natal. Anais. Natal: Intercom [2008].

KÜNSCH, D.; MENEZES, J. E.; PASSOS, M. Y. Conhecimento, compreensão e cultura: aspectos intersubjetivos e epistemológicos da compreensão como método. In: Encontro Anual da Compós, 26, 2017, São Paulo. **Anais do 26º Encontro Anual da Compós**. São Paulo: Compós 2017, p.1-23.

LANGER, S. **Filosofia em nova chave**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MEDINA, C. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, C. Déficit da abrangência nas narrativas da contemporaneidade. São Paulo, **Matrizes**, v. 2, n. 1, p. 1-20, jul./dez. 2008.

MEDINA, C. Narrativas da contemporaneidade: epistemologia do diálogo social. **Tríade**, Sorocaba: SP. v. 2, n.4, 2014.

MEDINA, C. **Povo e personagem**. Canoas: Ulbra, 1996.

MEDINA, C.; LEANDRO, P. R. **A arte de tecer o presente**: jornalismo interpretativo. São Paulo: Edição dos Autores, 1973.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo, Cortez;

SODRÉ, M. **As Estratégias Sensíveis**: Afeto, Mídia e Política. Petrópolis: Vozes, 2006.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SUAREZ, J. Nove meses de luto. Disponível em: <https://apublica.org/2018/02/nove-meses-de-luto>. Acesso em: 10 jan. 2024.

VON FRANZ, M. L. O processo de individuação. In: JUNG, C. V. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Submissão: 10 de fev. 2024

Aceite: 19 de ago. 2024.